

J. Freitas



CRENÇA Renan (C), ao lado do prefeito de Campinas, na campanha pela paz: desarmamento, segundo ele, não acabará com todos os crimes, mas reduzirá os homicídios por motivo banal

Renan lança campanha pelo desarmamento

O presidente do Senado, Renan Calheiros, lançou ontem, em Campinas (SP), a campanha pelo desarmamento promovida pela Frente Parlamentar por um Brasil Sem Armas. Ele disse que o país não pode continuar "humilhado pela imagem de ser o campeão mundial em homicídios praticados por armas de fogo". O presidente do Senado defende a proibição da venda de armas - tema de referendo em 23 de outubro.



"Quando se ouve um tiro nas ruas, só um lado ganha: o da indústria das armas"

- Renan Calheiros, presidente do Senado

Página 8

Senadores rejeitam acordo sobre denúncias de corrupção

Rumores de um possível acordo para livrar da suspensão de direitos políticos os parlamentares investigados pelas CPIs do Congresso são condenados em Plenário por diversos senadores

DIRCEU depõe hoje no Conselho de Ética e pode ser convocado por CPI

ABI-ACKEL rejeita sugestão para renunciar e fica como relator da CPI do Mensalão

RESPONSÁVEIS pelos maiores saques nas contas de Marcos Valério serão ouvidos amanhã

Márcia Kalume



ATIVIDADES Com Abi-Ackel mantido na relatoria, CPI do Mensalão aprova convocação de Roberto Jefferson. Amir Lando (na mesa, ao centro), presidente da comissão, quer documentos da CPI dos Correios

Páginas 3 a 7

Comissão de Orçamento retoma análise da LDO

Página 7



ACRÉSCIMO Antônio Leite também quer uma linha para passageiros entre Imperatriz e Açailândia

Antônio Leite pede conclusão da Ferrovia Norte-Sul

O senador Antônio Leite (PMDB-MA) fez apelo ontem para que a construção da Ferrovia Norte-Sul não seja abandonada. Ele ressaltou que a linha foi projetada para dar sustentabilidade ao desenvolvimento de 1,8 milhão de km² do cerrado brasileiro, cuja produção de grãos passou de 4 milhões para 40 milhões de toneladas por ano nas últimas duas décadas.

Após concluída, conforme o senador, a Norte-Sul interligará o Norte e o Centro-Oeste do Brasil com todos os grandes portos marítimos brasileiros: Itaqui, Santos, Vitória, Sepetiba e Rio de Janeiro.

Antônio Leite destacou a importância dos “desdobramentos aconselháveis” do projeto, entre os quais a instalação de linha regular para passageiros entre Imperatriz e Açailândia, beneficiando também o município de Estreito.

– Nesse trecho, de aproximadamente 70 quilômetros, já existe a linha, porém, no momento, apenas para transporte de grãos. A instalação de linha de passageiros entre Imperatriz e Açailândia é demandada há tempos – lembrou.

Agenda

Plenário continua com pauta trancada por MPs

Depois de uma semana de sessões não deliberativas, o Plenário volta a analisar projetos a partir de hoje, em sessão

marcada para as 14h. A pauta de votações está trancada por três medidas provisórias, entre elas, a MP 248/05, que aumentou o

salário mínimo para R\$ 300. As outras MPs liberam recursos de créditos adicionais para alguns ministérios.

Renan conversa com dirigentes lojistas

O presidente do Senado, Renan Calheiros, tem audiência às 15h com o presidente da Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas, Carlos Henrique Levandowisk, acompanhado do presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Maceió, Wilson Barreto. Às 16h, Renan preside a ordem do dia do Plenário.

Por livre iniciativa, Eduardo Azeredo fala à CPI dos Correios

Tanto a CPI dos Bingos quanto a dos Correios reúnem-se hoje às 10h. A primeira toma os depoimentos de Luiz Eduardo Soares, ex-secretário nacional de Segurança Pública, e de Sérgio Canozzi, empresário do

jogo no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro. A segunda vota novas convocações e deve ouvir o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que vai à comissão de inquérito por livre iniciativa.



Dívidas de crédito rural em pauta

O projeto que prevê a repactuação e o alongamento de dívidas de operações de crédito rural é a primeira proposição na pauta a ser

discutida pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que se reúne às 10h. Os senadores também analisam ofícios sobre irregularidades em prefeituras.

Royalties na exploração nuclear

A Comissão de Educação (CE) discute, às 11h, projeto que garante participação financeira aos estados e municípios que explorem energia nuclear (PLS 367/04). A Comissão de

Infra-Estrutura (CI) também reúne-se às 11h, para discutir, entre outros, projeto que inclui trechos rodoviários na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Nacional.



Avisos do TCU

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e de Fiscalização e Controle (CMA) reúne-se às 11h30. Em pauta, mais de 20 avisos do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre auditorias realizadas pela instituição nas contas de obras públicas e de órgãos da administração pública, como a Petrobras.

Apreciação da LDO

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) tem reunião às 15h, quando vai retomar a análise da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O relator do texto deve alterar o projeto para adaptá-lo à recém-criada Super-Receita, órgão que deverá unificar a arrecadação da Previdência Social e da Receita Federal.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 3311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes e Paula Pimenta
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 3311-1620
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 3311-3333
Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670
Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



ALERTA Com fluxo de 30 mil veículos/dia, a ponte já não suporta a crescente demanda de tráfego, afirma Maciel

Maciel cobra verbas para Ponte Presidente Dutra

Apelo ao governo federal pela liberação de verbas previstas no Orçamento de 2005 para recuperação da Ponte Presidente Dutra, sobre o rio São Francisco, ligando os municípios de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA), foi feito ontem pelo senador Marco Maciel (PFL-PE). Concluída há 61 anos, a ponte é tida como fundamental para a ligação do Nordeste ao Sul e Sudeste do país. O equipamento opera com fluxo diário de 30 mil veículos e, segundo o pefelista, não teria mais condições de suportar a crescente demanda de tráfego.

– A interrupção do tráfego no local acarretaria grande prejuízo à entrada de mercadorias no Nordeste e ao escoamento da produção do vale do São Francisco – disse. O aumento na densidade do tráfego na ponte, conforme Maciel, justifica não só a recuperação do equipamento, mas obras para sua ampliação. O senador pede a liberação do restante dos R\$ 8 milhões previstos no Orçamento de 2005, bem como a alocação de R\$ 10 milhões no plano de dispêndios do próximo ano, para a conclusão dos serviços.

Congratulações

Maciel também registrou votos de congratulação pelos 80 anos do jornal *O Globo*, comemorados em 29 de julho. Lembrança especial foi feita à memória do jornalista Roberto Marinho, que converteu *O Globo*, disse, “em um dos maiores jornais do país”. O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) expressou apoio ao pleito para a recuperação da Ponte Presidente Dutra e também destacou a importância de *O Globo* para o desenvolvimento da imprensa no país.



CPI dos Correios ouve amanhã, a partir das 10h, Simone Reis Lobo Vasconcelos e David Rodrigues Alves. Os dois estão incluídos entre os principais responsáveis por saques em dinheiro de contas das agências do empresário Marcos Valério

Alvaro: CPI deve enviar pedidos de cassação à Mesa da Câmara

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) defendeu ontem o envio à Mesa da Câmara, pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, do pedido de abertura de processo de cassação de mandato dos parlamentares envolvidos no esquema do "mensalão".

– É nosso dever encaminhar imediatamente, com a documentação reunida, com provas

documentais consolidadas, à Mesa da Câmara, tudo aquilo que for apurado e pedir a antecipação da instauração do processo de cassação de mandatos de parlamentares envolvidos – disse.

Ele também acredita que o deputado José Dirceu (PT-SP) está no "epicentro" da crise, após a denúncia da autorização para o saque de R\$ 50 mil

que teria sido dada a Roberto Marques, amigo do deputado, como publicou a revista *Veja* no fim de semana.

– Isso desmonta a versão fantasiosa de restringir [a investigação] à corrupção eleitoral. A descoberta leva o escândalo ao quarto andar do Palácio do Planalto – avaliou o senador.

Alvaro afirmou não acreditar que a autorização tenha sido

dada a um homônimo, como chegou a se cogitar.

– Seria muita coincidência, mas é fácil verificar. Além disso, há o depoimento de Renilda [esposa do empresário Marcos Valério] e de Simone [funcionária da SMP&B] confirmando a participação do deputado José Dirceu nesse esquema de financiamento de projeto político – sustentou.



PROVAS Para Alvaro Dias, CPI dos Correios já dispõe de documentos para a abertura dos processos

Márcia Kalume



DECISÃO Após reunião acalorada, comissão mantém como relator o deputado Abi-Ackel (ao lado de Amir Lando e Paulo Pimenta, presidente e vice da CPI)

Roberto Jefferson fala amanhã à CPI do Mensalão

Em reunião ontem, a CPI do Mensalão, por 20 votos favoráveis e 1 contrário, resolveu convocar o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) para depor amanhã, em horário ainda a ser definido, sobre as denúncias de que o PT estaria pagando mesadas a parlamentares da base do governo. O deputado Ibrahim Abi-Ackel (PP-MG), por sua vez, continua como relator e o único requerimento apresentado formalmente para que ele renunciasse foi desqualificado pelo presidente da CPI, Amir Lando (PMDB-RO), uma vez que o seu autor, deputado Pompeu de Matos (PDT-RS), não era integrante da comissão.

Abi-Ackel, questionado por parlamentares por ter seu nome envolvido em saque no Banco Rural, foi enfático ao afirmar que não iria renunciar à sua função na CPI. Ele defendeu-se das críticas dizendo que a comissão estaria apurando o recebimento de mesada por parlamentares para votarem a favor do governo a partir de 2002, portanto sem qualquer

relação com os fatos verificados por ocasião da campanha do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) para governador de Minas Gerais. Para o deputado, os parlamentares que se manifestaram contrários à sua permanência na relatoria da CPI estariam querendo aparecer diante dos holofotes.

A decisão de manter o relator foi tomada após acalorada discussão, em que o deputado João Correia (PMDB-AC) sugeria que Abi-Ackel desistisse da função para evitar constrangimentos à comissão e à Casa, e que sua presença no cargo implicaria em permanente "sangramento da CPI". Correia insistiu ainda na quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico de todos os integrantes da comissão.

O presidente Amir Lando disse que já requereu formalmente todos os relatórios e documentos gerados e em poder da CPI dos Correios, da Polícia Federal, do Ministério Público, do Supremo Tribunal Federal, também, das comissões de Ética e de Sindicância da Câmara sobre o assunto.

Comissão ouve amanhã quem fez grandes saques

Simone Reis Lobo Vasconcelos e David Rodrigues Alves, dois dos principais responsáveis por saques em dinheiro das contas das agências do empresário Marcos Valério, serão ouvidos amanhã pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, em reunião que começará às 10h.

Segundo denúncias da ex-secretária Fernanda Karina Somaggio e de acordo com documentos da CPI, Simone

Vasconcelos era responsável por saques de grande valor na agência do Banco Rural, no Brasília Shopping. Ela é diretora administrativa e financeira da SMP&B e, conforme levantamento da Polícia Federal, teria sacado mais de R\$ 6 milhões em espécie no Banco Rural.

Hoje, a comissão fará reunião administrativa para exame de requerimentos. A expectativa é que seja aprovada, na oportunidade, a convocação

do deputado e ex-ministro da Casa Civil José Dirceu (PT-SP), para esclarecer denúncias de sua suposta participação nos empréstimos ao PT avalizados pelas empresas de Marcos Valério.

A CPI já recebeu quase 600 requerimentos. Entre os que aguardam exame dos parlamentares e podem vir a ser votados hoje, está o que prevê a convocação do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

Dirceu depõe no Conselho de Ética

O deputado José Dirceu (PT-SP), ex-ministro da Casa Civil, depõe hoje, a partir das 15h, no Conselho de Ética e de Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (plenário 2 do Anexo II). Ele vai se manifestar sobre as denúncias feitas pelo deputado Roberto Jefferson de que ele, Dirceu, sabia da existência do pagamento do "mensalão" e seria um de seus principais mentores.

O depoimento de José Dirceu no Conselho de Ética – que terá a presença de Roberto Jefferson – vem sendo bastante aguardado, já que o ex-ministro deixou claro, inclusive em recente discurso no Plenário da Câmara, que não se recusaria a comparecer a nenhum foro de investigação.



INVESTIGAÇÃO Deputado Osmar Serraglio, relator da CPI dos Correios, analisa saques feitos nas contas da agência de Marcos Valério

Assessor de ex-ministro pode ter feito retirada

O relator da CPI dos Correios, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), disse ontem que a comissão suspeita que o assessor do deputado e ex-ministro da Casa Civil José Dirceu (PT-SP), Roberto Marques, esteja envolvido em outro saque feito numa das contas da SMP&B, empresa do publicitário Marcos Valério, no Banco Rural. Num

dos documentos do banco aos quais a CPI teve acesso, quatro pessoas são autorizadas a retirar uma quantia de cerca de R\$ 300 mil, entre elas uma identificada apenas como Marques.

– Como possibilidade, existe, mas não posso afirmar nada, porque Marques é um nome comum – ponderou o relator da comissão.

Marcia Mariz



Sugestão de acordo entre governo e oposição para proteger a economia é rejeitada pelo PFL. Em nome do partido, Bornhausen propõe medidas para reduzir o custo das campanhas. Já Mozarildo defende "uma reforma política possível"

PFL não apóia "blindagem" da economia

O senador Jorge Bornhausen (SC), presidente do PFL, manifestou a posição contrária do seu partido à sugestão do senador Jefferson Péres (PDT-AM) de um entendimento entre governo e oposição com o objetivo de "blindar" a economia contra os efeitos da crise política. Em discurso ontem, o senador repudiou "qualquer tipo de acordo menor com aqueles que não cumpriram seu dever", acrescentando que "o único que balança a economia" é o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, "com recursos chavistas". Ele pediu ao presidente que faça valer sua presença como chefe de Estado.

Bornhausen criticou ainda as especulações – veiculadas pela

imprensa no fim de semana – sobre a possibilidade de acordos em relação às investigações das comissões parlamentares de inquérito em andamento, e a existência de diálogos entre governistas, membros do Executivo e líderes da oposição, visando suavizar punições.

– Quero afirmar que meu partido não aceita conchavos, acordos, acordinhos ou acordões. Queremos a punição dos corruptos e dos corruptores – enfatizou o senador, acrescentando que o PFL representa o pensamento da sociedade brasileira.

Bornhausen afirmou que seu partido continuará exercendo uma oposição responsável e prosseguirá tratando dos assuntos nacionais no Congresso,



PUNIÇÃO Presidente do partido, Bornhausen também nega acordo para suavizar punições a corruptos

por meio de seus líderes, sob o comando dos presidentes das duas Casas, discutindo projetos prioritários e adotando decisões de acordo com sua Executiva e sua bancada.

Para o senador, o presidente Lula não tem autoridade política, moral e administrativa para que o PFL se sente à mesa com os membros do Executivo.

– Lula foi permissivo com relação à corrupção que se alastrou em cargos da administração direta e indireta e na cooptação de partidos e utilizou meios incompatíveis com o Congresso e a representação popular, chegando ao "mensalão" – disse o senador.

Críticas

Segundo Bornhausen, o governo também não tem autoridade administrativa, pois criou 15 ministérios, demonstrando prioridade em "ajeitar apadrinhados derrotados nas últimas eleições", além de aumentar a carga tributária, transforman-

do o contribuinte em "burro de carga". Além disso, afirmou, o governo não coibiu as invasões de terra, abusou da publicidade oficial, mentiu aos eleitores e não cumpriu as promessas de dobrar o salário mínimo e criar 10 milhões de empregos.

Na opinião do senador, o presidente Lula perdeu a chance de recuperar sua credibilidade na reforma ministerial. O presidente deveria, segundo Bornhausen, ter feito um choque de gestão e reduzido os cargos em comissão. O senador lembrou que o PFL havia alertado o presidente desde o escândalo do caso Waldomiro Diniz, lamentando que a CPI dos Bingos só tenha sido instalada por decisão do Supremo Tribunal Federal.

Partido apresenta proposta de reforma política

O PFL apresentou ontem, para discussão no Congresso, uma proposta de reforma política que poderia gerar cortes "de até 80%" nos custos de campanha, segundo anunciou Bornhausen, durante entrevista coletiva.

O esboço, que será transformado em projeto depois de acertos com líderes do PFL e com o presidente do Senado, Renan Calheiros, proíbe a realização de *showmícios* e de

propaganda de boca de urna. Prevê também a redução nos horários gratuitos de rádio e televisão e a criação de um teto para doações de pessoas jurídicas e físicas, além da proibição de doações de empresas com contratos com qualquer ente federativo.

– A sociedade quer uma resposta a tudo o que está aí, com cerco à corrupção e à existência de caixa dois – afirmou o senador.

De acordo com o texto, a propaganda gratuita nas emissoras de rádio e TV seria reduzida dos atuais 45 dias para 30 dias. Os candidatos apresentariam suas propostas em cenários com o logotipo do partido. As convenções também deveriam ser realizadas entre 1º e 10 de agosto, em vez de 10 a 30 de junho, como é feito hoje.

– E as campanhas deveriam começar a partir de 15 de agosto – acrescentou.

Sobre o financiamento, o PFL sugere tetos para doações de pessoas físicas ou jurídicas e a proibição de doações por parte de organizações não-governamentais, sociedades beneficentes, esportivas ou sem fins lucrativos, que seriam "brechas para a utilização de caixa dois". Bornhausen também defendeu a divulgação pela Internet dos gastos de diretórios políticos e candidatos nas eleições federais e estaduais.

Mozarildo quer mudanças nas próximas eleições



DENÚNCIA Doação de R\$ 1,2 milhão usada durante campanha em PE não foi contabilizada, informa José Jorge

José Jorge: PT deve explicar uso de recurso

O PFL vai entrar com uma representação no Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco para fazer o PT explicar por que R\$ 1,2 milhão utilizado em campanha não foi contabilizado. A informação foi trazida ao Plenário pelo senador José Jorge (PFL-PE), conforme notícia publicada no *Jornal do Commercio*, do Recife.

De acordo com a notícia citada pelo senador, o ex-presidente regional do partido, Dílson Peixoto, quando questionado sobre o repasse, disse desconhecer a doação de R\$ 1,2 milhão. José Jorge comentou que "neste governo nunca ninguém sabe das coisas".

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) afirmou ser necessário fazer a "reforma política possível" e não uma reforma profunda. Ele defendeu a adoção de medidas emergenciais como o financiamento público de campanha, a fidelidade partidária e a cláusula de barreira, para que "o eleitor não vá às urnas no ano que vem acreditando que nada irá mudar". O senador considera, no entanto, que não se deve fazer ajustes casuísticos como a lista fechada, pois a medida daria oportunidade aos atuais parlamentares de serem os primeiros nas listas das próximas eleições.

Mozarildo também criticou o projeto de reforma política que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva teria encomendado ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. Segundo o senador, o ministro não seria isento por ter orientado Delúbio Soares, ex-tesoureiro do PT envolvido nos escândalos de corrupção. Criticou ainda a postura do ministro na demarcação da Reserva Raposa Serra do Sol, quando, após ouvir os índios e não-índios, teria proposto o contrário do que fora acertado. Acusou Thomaz Bastos de ter prestado informação falsa sobre a demarcação ao Supremo Tribunal Federal.



URGÊNCIA Mozarildo defende a realização imediata de uma "reforma política possível"

– O ministro foi desrespeitoso com o Supremo e induziu o presidente da República a cometer um erro. Por isso, não tem isenção para apresentar

projeto de reforma política para ser apreciado pelo Congresso Nacional – afirmou.

O parlamentar lembrou que o Senado aprovou há anos a fidelidade partidária, a cláusula de barreira e o financiamento público de campanhas, mas o projeto ficou parado na Câmara. Ele recordou ainda que alguns defendem uma constituinte exclusiva para fazer as grandes reformas de que o Brasil precisa.

Em aparte, Marco Maciel (PFL-PE) afirmou que a proposta teria sido distorcida na Câmara. Mozarildo também foi apertado por José Jorge (PFL-PE) e Ramez Tebet (PMDB-MS).



Para Virgílio, renúncia de Valdemar Costa Neto representa confissão de culpa; Ideli quer decisão sobre projetos relevantes; Efraim diz que PFL só aceita acordo voltado para apuração das denúncias; Renan afirma que continuará dando força às CPIs

Ideli pede votação de agenda para garantir o crescimento

A senadora Ideli Salvatti (SC), líder do PT, conclamou o Congresso a votar matérias da agenda propositiva do governo consideradas “relevantes para a sustentabilidade do crescimento do país”.

No seu entendimento, embora o Congresso esteja voltado para a crise política gerada pelas denúncias de corrupção, sob investigação nas comissões parlamentares de inquê-

rito (CPIs), há matérias que precisam ser votadas com urgência, “sem obstruções por parte da oposição”. Citou como exemplo o projeto de Lei Geral da Microempresa e a proposta da pré-empresa, que visam legalizar a situação de milhares de brasileiros que trabalham na informalidade.

– Setores da oposição não podem e não devem se negar a negociar propostas que pos-

sibilitem a oferta de empregos e o aumento do número de empresas. Também temos em pauta projetos para redução da carga tributária, que trará novas empresas ao mercado. Essas matérias já foram enviadas à Câmara pelo governo.

Ideli assegurou que o governo está atento à crise causada pela corrupção e que todos os fatos serão investigados e os culpados punidos. Ela disse

ter conversado com a população de Florianópolis sobre o que está ocorrendo no país, e observado que as pessoas exigem respostas e temem “que as coisas não dêem certo nas CPIs”.

A senadora frisou que o PT e o governo querem que a investigação das denúncias e a punição dos culpados resultem num salto de qualidade na administração pública.



Fotos: Moreira Mariz
DELIBERAÇÃO Ideli cobra urgência para propostas que aumentem oferta de empregos e número de empresas

PFL descarta qualquer acordo, afirma Efraim

Efraim Morais (PFL-PB) afirmou que o único acordo que o seu partido aceitaria fazer com o governo seria a apuração, “até as últimas conseqüências”, dos fatos investigados pela CPI dos Correios e do Mensalão. Segundo o senador, até que os fatos sejam esclarecidos e os responsáveis punidos, o país estará em uma “UTI moral”.

– Os jornais registram que estaria em curso, neste momento, um grande acordo entre as cúpulas partidárias para minimizar os efeitos da crise política e reduzir o universo dos punidos pelos escândalos protagonizados pelo PT, com vistas à preservação do mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva – disse, surpreso, o senador, em nome da liderança da Minoria.

Efraim informou que o PFL quer a governabilidade e se dispõe a buscá-la, mas não irá compactuar com nenhum acordo, até que os responsáveis sejam devidamente punidos. O parlamentar assinalou não haver interesse em desestabilizar o governo, mas ressaltou que o seu partido não se oporá aos fatos e irá considerar até mesmo o *impeachment*, instrumento da democracia, embora espere que a medida não seja necessária.

– A presente crise está sendo governada pelos fatos, como diria Ulysses Guimarães. O presidente Lula promoveu um monstruoso sistema de corrupção, o chamado “mensalão”,



SUSPEITA Efraim: sociedade já questiona se reforma da Previdência foi votada com dinheiro do “mensalão”

uma excrescência sem precedentes na história republicana deste país. No passado, houve ações pontuais nesse sentido, localizadas. Agora o que vemos é uma atuação sistemática e sistêmica com a compra de voto com dinheiro público, impedindo o embate das idéias. A população questiona a validade de votações polêmicas como a reforma da Previdência e a reforma tributária, perguntando se foram votadas com dinheiro do “mensalão” – ressaltou.

Em aparte, José Jorge (PFL-PE) disse que, embora possa acreditar na inocência do presidente Lula, é impossível crer que o esquema não fosse comandado pelo então ministro José Dirceu.

Efraim citou reportagem do jornal *Correio Braziliense* que confirmaria o envolvimento de Dirceu no esquema de Delúbio Soares e Marcos Valério, com solicitação de empréstimo ao Banco Rural e pedido de emprego para a ex-mulher do deputado, no BMG. O senador afirmou que, em entrevista à revista *Veja*, Dirceu teria afirmado que “fez tudo com o aval do presidente da República”.

Virgílio: renúncia confirma a existência de “acordão”

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), qualificou a renúncia do presidente do PL, Valdemar Costa Neto (SP), ao mandato de deputado federal como confissão de culpa de participação no “mensalão”. Ele comunicou a decisão no início da sessão plenária da Câmara, na tarde de ontem.

Segundo o senador, o fato comprova, ao mesmo tempo, a existência de um “acordão” para livrar da cassação dos direitos políticos, por oito anos, parlamentares que deverão ser investigados pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Mensalão.

– É a senha para que outros parlamentares renunciem em cadeia. Esse era o “acordão” que se esperava na Câmara. Um



SINAL Virgílio afirma que decisão de Costa Neto é a senha para que outros parlamentares renunciem

perdoa um, outro perdoa outro, e, assim, os envolvidos tentam driblar a opinião pública e estarão livres para disputar as próximas eleições – afirmou o senador pelo Amazonas.

Virgílio avaliou que no episódio transparece a espera do governo por uma possível renúncia do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), cujo nome foi ligado ao esquema comandado pelo ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares e pelo publicitário Marcos Valério de Souza. Os dois estão sendo investigados pela CPI dos Correios.

– Querem que Azeredo renuncie a quê? – indagou Arthur Virgílio, ressaltando que seu correligionário declarou corretamente suas contas de campanha eleitoral para a reeleição a governador de Minas Gerais, o que não ocorreu com o próprio candidato do PT e agora presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Renan diz que povo exige apuração dos fatos

“Renúncia é um ato de vontade unilateral, mas ela será muito mais importante se ajudar a esclarecer todos os fatos.” A afirmação foi feita pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, ao saber da notícia de que o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, acusado de envolvimento no suposto esquema do “mensalão”, havia renunciado ao mandato de deputado federal.

Respondendo aos jornalistas que estavam no Salão Vermelho da prefeitura de Campinas cobrindo o lançamento da

Frente Parlamentar por um Brasil sem Armas, que defende o voto “sim” no referendo de 23 de outubro, Renan disse não ter informações sobre a possibilidade de a renúncia de Valdemar e o agravamento da crise política provocarem uma onda de outras renúncias.

– Não tenho nenhum indicativo de que isso aconteça, mas, como presidente do Congresso Nacional, vou continuar dando força às comissões parlamentares de inquérito em funcionamento para que possamos ter, em curto espaço de tempo,

todas as respostas que a população está nos cobrando – afirmou Renan Calheiros.

A possibilidade de que haja um acordo para preservar mandatos de parlamentares ou diminuir a profundidade das investigações foi descartada pelo presidente do Senado.

Renan observou que a sociedade quer o aprofundamento da apuração em curso. E garantiu que, se houver qualquer acordo, este será feito “em detrimento do Congresso Nacional, da democracia e da própria representação popular”.



Senadores da oposição reagem a possível conchavo para colocar "panos quentes" na crise política, preservando alguns mandatos e favorecendo um acordo político que vise proteger o governo e o presidente Lula das denúncias sobre "mensalão"

Agripino rejeita tentativa de acordo sobre denúncias

O líder do PFL, senador José Agripino (RN), reafirmou ontem a posição "rigorosamente contrária" do seu partido ao que está sendo chamado "acordão" entre oposição e governo para contornar a crise política.

Essa atitude foi reforçada ontem com a renúncia do deputado Valdemar Costa Neto, presidente do PL, para escapar da cassação na Câmara, ocorrida no momento em que Agripino discursava no Senado.

Para Agripino, o partido que tomar parte nesse tipo de conluio para estabelecer culpados de primeira, segunda e terceira categorias, com o propósito de evitar a punição de quem quer que seja, será condenado e cassado pela opinião pública.



REAÇÃO José Agripino adverte que a opinião pública condenará "conluio" para evitar punições

O "acordão", como vem sendo noticiado pela imprensa, seria um entendimento nos bastidores entre o governo e a oposição com vistas a estabelecer uma

gradação punitiva entre os envolvidos nas irregularidades. Assim, uns seriam cassados, outros poderiam renunciar e ainda haveria aqueles que seriam inocentados.

Palocci

Agripino confirmou que não aceitou participar, há cerca de três semanas, de encontro com o ministro da Fazenda, a convite do próprio Antonio Palocci, por considerar aquele momento impróprio.

– O ministro sabe que conta com o PFL para a blindagem da economia. Esse encontro, naquele momento, só traria desconfiância. O lugar de entendimento para tratar de questões de interesse nacional é o próprio Congresso.

Demostenes ameaça deixar política se houver conchavo

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) disse que deixará a política caso o Senado compactue com qualquer acordo entre governistas e oposicionistas para abreviar ou abandonar as investigações sobre as denúncias de corrupção contra o governo Luiz Inácio Lula da Silva e integrantes do Partido dos Trabalhadores.

Demostenes Torres sustentou que não irá participar de "acordão" e observou que esta legislatura já ostenta "na conta

das providências duvidosas" o desgaste da CPMI do Banestado.

– O Palácio do Planalto lançou a idéia, parte da oposição gostou da oferta e está em curso um movimento para arrefecer os ânimos investigadores, fabricar lacunas e encerrar o mais rápido possível o "cepeísmo", com a oferta de uma dúzia de cabeças cortadas na Câmara dos Deputados – afirmou.

Demostenes Torres assegurou que não irá aceitar "in-



DESGASTE Demostenes Torres assegura que não aceita "indulto privilegiado" para os envolvidos

dulto privilegiado, correção parcial ou perdão formidável", sob o argumento da preservação das instituições e da governabilidade.

Indícios apontam para Dirceu, afirma Alvaro

A estratégia de restringir as denúncias contra o PT a práticas de irregularidade eleitoral será desmontada esta semana. A previsão é do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), para quem todos os indícios apontam o ex-ministro José Dirceu como um dos articuladores do que chamou de "projeto gigantesco de corrupção", com as denúncias chegando ao Palácio do Planalto.

Alvaro Dias afirmou, em discurso ontem, que o presi-

dente Lula está sitiado e se movimenta pelo país sem qualquer compromisso com a realidade que o cerca.

O senador destacou o papel das CPIs em funcionamento no Congresso no combate à corrupção, comentando pesquisa do instituto Vox Populi, divulgada pela revista *Época* no fim de semana, que mostra que a população brasileira não aprova a contemporição com os desmandos e deseja a perda do mandato

dos envolvidos e, se possível, a prisão deles.

Alvaro Dias ressaltou ainda que as denúncias já são tema da imprensa internacional como o *The New York Times*, que, em reportagem no fim de semana, aponta a corrupção como uma das maiores ameaças para os ganhos democráticos da América Latina. O parlamentar rechaçou também tentativas de generalização da prática da corrupção eleitoral.



ESTRATÉGIA Para César Borges, "as mentiras" de Valdemar Costa Neto são as mesmas dos petistas

César Borges quer preservar CPI do Mensalão

O governo fracassará na tentativa de esvaziamento da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Mensalão por meio de um possível acordo entre os parlamentares que estão sendo investigados. A afirmação é do senador César Borges (PFL-BA), que ontem insistiu que a CPI seja preservada, para que possa concluir seus trabalhos no prazo regimental de quatro meses e apresentar

um relatório que atenda à expectativa da população.

– Até lá, a verdade aparecerá. As evidências estão aí: são os documentos enviados à CPI que já apontam favorecidos. Vamos aguardar e saberemos a origem do dinheiro, para onde e para quem foi enviado – enfatizou.

César Borges disse que as desculpas que o então deputado federal Valdemar Costa Neto (PL-SP) deu ao renunciar ao seu mandato, na tarde de ontem, "são as mesmas mentiras que integrantes do PT, como Delúbio Soares e outros, deram ao serem interrogados". O senador acusou o governo do presidente Lula de ser conivente com todos os fatos que estão aflorando na CPI dos Correios.

O senador reportou-se ainda a denúncias divulgadas pela imprensa, no fim de semana, dando conta de suposto beneficiamento de instituições financeiras escolhidas pelo governo federal para o atendimento à carteira de empréstimos consignados a aposentados da Previdência Social.

Sérgio Guerra critica atitude do presidente Lula

O senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) criticou a postura do presidente Luiz Inácio Lula da Silva diante das sucessivas denúncias de corrupção que se abatem sobre seu governo e integrantes do Partido dos Trabalhadores. O senador considerou "dramáticos" os gestos e as palavras do presidente na crise política, comportamento que o estaria conduzindo na direção de uma ditadura.

– Se o presidente não é capaz de assumir suas responsabilidades públicas, de honrar o seu passado, não merece os votos que os brasileiros lhe deram – afirmou.

Sérgio Guerra sustentou que nem a oposição nem a elite brasileira estariam interessadas em derrubar o presidente Lula. Para o senador José Jorge (PFL-PE), se o presidente tem alguma queixa sobre uma possível tentativa de destituição do manda-



CRISE Sérgio Guerra manifesta preocupação com o comportamento e gestos do presidente da República

to, deve encaminhá-la aos seus companheiros de partido.

Sérgio Guerra acredita que a sucessão de denúncias de corrupção envolvendo o governo e parlamentares aliados está deixando a situação fora de controle. Embora tenha assegurado a honestidade do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e do deputado Roberto Brant (PFL-MG), que também teriam recebido recursos do empresário Marcos Valério Fernandes, Sérgio Guerra disse que é preciso fazer uma "limpeza" onde for necessário no processo político.



Líder da Maioria diz que é necessário sincronizar investigações no Congresso

Suassuna sugere troca de informações entre CPIs

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB), líder da Maioria no Senado, defendeu ontem, em Plenário, um acordo entre as CPIs para troca de informações. Para ele, a CPI dos Correios já tem muitos dados para repassar à CPI do Mensalão. Suassuna sugeriu uma reunião entre os presidentes e relatores das comissões para que se defina como cada uma pode colaborar com a outra e qual o campo de atuação de cada uma. Segundo o senador, as duas têm objetos de investigação bastante próximos.

– Este é meu grande apelo para que encontremos – sem aprofundamento de crise entre as CPIs, sem luta de egos entre os integrantes – um modo de convivência. E acertemos o campo de atuação de cada uma com a maior rapidez possível. O que não pode e não deve ser feito é duas comissões agindo da mesma forma – argumentou.

De acordo com o senador, os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti, podem e devem ajudar no entendimento. Suassuna fez o apelo em razão do grande número de comissões parlamentares de inquérito em funcionamento no

Sibá manifesta preocupação com a agenda do Senado

O senador Sibá Machado (PT-AC) manifestou ontem preocupação de o Senado se perder no emaranhado de problemas que tem pela frente, causado pelas comissões parlamentares de inquérito (CPIs) em andamento. Para o senador, a agenda de trabalho da Casa deve estar acima de outras atividades.

Sibá advertiu que os parlamentares devem evitar fazer das CPIs um palco para *shows*. Por esse motivo, ele rechaça uma acareação entre o ex-ministro José Dirceu e o deputado Roberto Jefferson (PT-RJ). Para o senador, a acareação vai mostrar um grande *show*, sem grandes proveitos para a investigação. Ele destacou que as bancadas devem evitar a mediocridade



TROCA Ney Suassuna ressalta que a CPI dos Correios já amealhou muitos dados que podem ser repassados

Congresso: dos Correios, dos Bingos, da Emigração Ilegal, da Terra e do Mensalão. Lembrou também que a CPI das Privatizações nem sequer começou os trabalhos, o que seria mais uma instância para disputar a atenção dos parlamentares. Em sua opinião, organizar as atividades é essencial para o andamento das CPIs.

Mamona e biodiesel

Ao final do discurso, Suassuna pediu ações integradas dos ministérios da Agricultura e da Ciência e Tecnologia com o objetivo de apoiar o plantio de mamona nos estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Piauí. A seu ver, esses estados têm na cultura da mamona para a produção de biodiesel uma “esperança grandiosa” para geração de empregos e renda.



REPÚDIO Sibá Machado rechaça acareação entre os deputados José Dirceu e Roberto Jefferson

para que possam dar conta de tanto trabalho.

Na presidência dos trabalhos, o senador Efraim Morais (PFL-PB) afirmou que a Casa está funcionando normalmente, com as comissões temáticas trabalhando. Informou ainda que a pauta do Plenário está obstruída



PAUTA A CMO, presidida pelo senador Gilberto Mestrinho, estuda ainda crédito para ministérios

Comissão de Orçamento retoma análise da LDO

■ Já existe consenso para votar nesta semana o relatório do deputado Gilmar Machado

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) retoma hoje, a partir das 14h30, a análise do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2006. Já existe entre os membros da comissão consenso sobre a aprovação do relatório

do deputado Gilmar Machado (PT-MG), que poderá ser votado nesta semana.

Entre as principais novidades, está a estimativa de que a arrecadação dos tributos federais não poderá passar de 16% do Produto Interno Bruto (PIB). O relator também deve adaptar o projeto à recém-criada Super-Receita, que unifica a arrecadação da Previdência Social e da Receita Federal.

Antes da retomada da análise da LDO, a comissão poderá votar abertura de crédito no

valor de R\$ 1,7 bilhão em favor dos ministérios da Saúde, da Educação, do Planejamento e de Relações Exteriores. A maior quantia – R\$ 1,2 bilhão – será destinada à Saúde e usada nos programas Bolsa-Família e de ajuda a brasileiros que se encontram em extrema pobreza.

A Comissão Mista de Orçamento também deve votar projeto que abre crédito para o Ministério da Educação de R\$ 250 milhões, a ser aplicado nos programas de merenda escolar e de erradicação da pobreza.

Heráclito protesta contra desvio de verba

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) reiterou ontem que não aceita que recursos para estradas no Piauí sejam desviados, conforme atesta ofício da Casa Civil ao Congresso Nacional. De acordo com o senador, os recursos, cerca de R\$ 16 milhões, que seriam usados na recuperação de estradas, foram destinados a obras de embelezamento e sinalização em outros estados. O parlamentar cobrou especialmente a obra que fará a ligação entre Pedro II, no Piauí, à cidade de Poranga, no Ceará, reivindicação da população local.

Heráclito disse que pretende cobrar do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em sua visita ao estado nesta quinta-feira, solução para o caso.

O senador ressaltou ter recebido um telefonema de um assessor parlamentar do Ministério dos Transportes dando explicações sobre o desvio dos recursos para outros fins, mas aguarda do ministério cópias dos editais para poder analisar o caso.



SUMIÇO Heráclito Fortes afirma que R\$ 16 milhões foram para outros estados

Paulo Paim destaca criação de universidade

O senador Paulo Paim (PT-RS) saudou a iniciativa do governo Luiz Inácio Lula da Silva de criar a Universidade Federal do Pampa (UFP), a ser viabilizada com a federalização da Universidade da Região da Campanha (Urcamp). A medida foi anunciada pelo presidente Lula em Bagé, na semana passada. O projeto de lei (PLS 154/05) que autoriza o Poder Executivo a federalizar a Urcamp é de autoria de Paim.

Um dos principais problemas da região atendida pela Urcamp – com *campi* em Bagé, Alegrete, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Santana do Livramento, São Borja e Itaqui – é a falta de investimentos, sinalizou o senador. Como resultado, ele citou a estagnação na geração de empregos e o atraso econômico e social da metade sul do Rio Grande do Sul.

– Essa parceria entre o governo federal e a Urcamp trará mais investimentos e capacitação científica e tecnológica para a região – aposta Paim.



APOIO Paulo Paim saúda a iniciativa do governo Lula de federalizar universidade



Presidente do Senado participa do lançamento oficial da campanha da Frente Parlamentar por um Brasil Sem Armas. Renan Calheiros acredita que o desarmamento vai reduzir consideravelmente os homicídios imotivados

DESARMAMENTO

Renan: "Brasil não pode continuar humilhado"

"O Brasil não pode continuar humilhado pela imagem de ser o campeão mundial em homicídios praticados com armas de fogo." A declaração foi dada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, no lançamento oficial da campanha pelo desarmamento promovida pela Frente Parlamentar por um Brasil Sem Armas, em Campinas (SP), na tarde de ontem.

O senador frisou que a violência no Brasil tem que diminuir. Ele comentou que o desarmamento da população não acabará com todos os tipos de crime, mas reduzirá consideravelmente os homicídios imotivados, por razão fútil ou banal, como os gerados a partir de discussões no trân-



AValiação "Quando se ouve um tiro nas ruas, só um lado ganha: o da indústria das armas", afirma Renan no lançamento de campanha

sito, em bares, nas ruas ou em partidas de futebol.

– Quando se ouve um tiro nas ruas, só um lado ganha: o da indústria das armas – afir-

mou Renan Calheiros.

O lançamento da campanha pelo desarmamento contou com as presenças do prefeito de Campinas, Doutor Hélio

(PDT), dos deputados federais Raul Jungmann (PPS-PE), João Herrmann Neto (PDT-SP) e Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP), de representantes de organizações não-governamentais que lutam contra a violência, de prefeitos, vereadores, secretários municipais, autoridades militares e da população. Todas as 250 cadeiras do Salão Vermelho da prefeitura foram ocupadas. Dezenas de pessoas assistiram à solenidade em pé.

Medo

João Herrmann disse que sugeriu Campinas para sediar o lançamento da campanha pelo desarmamento em virtude da trajetória de violência recente da cidade, que culminou com o assassinato do então prefeito

Toninho do PT. Já o deputado Greenhalgh informou que 17 milhões de armas de fogo estão nas mãos da população brasileira, sendo que apenas 10% delas estão legalizadas.

O deputado federal Raul Jungmann confessou que, como muitos pais brasileiros, sente medo quando seus filhos saem à noite. Ele disse acreditar que atualmente a violência tem maior alcance do que a própria fome.

– Existem muitos brasileiros que não passam fome, mas não existe um só que não tenha medo da violência – frisou.

O prefeito Doutor Hélio afirmou que o voto "sim" no referendo será uma primeira vacina para combater a violência.

Oito em dez brasileiros apóiam proibição da venda

O DataFolha divulgou ontem pesquisa segundo a qual 80% da população brasileira são a favor da proibição de venda de armas e munições no país. "Oito em cada dez brasileiros defendem a proibição", diz o texto divulgado pelo DataFolha no portal Universo Online (UOL). Dezesete por cento dos pesquisados afirmaram ser contra a proibição.

Ainda de acordo com a pesquisa, apenas 3% dos entrevistados não souberam responder à pergunta do DataFolha, idêntica à que será feita no referendo do dia 23 de outubro: "O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?". A margem de erro é de dois pontos percentuais.

Segundo a pesquisa, há mais mulheres no grupo a favor da proibição. Entre elas, 85% querem o fim das armas, contra 75% dos homens. No Nordeste brasileiro, 84% dizem que a venda de armas de fogo deve ser proibida – o maior índice do país. Em oposição, no Sul essa taxa cai para 71% – a menor, revela o instituto de pesquisa.

Esse instituto de pesquisa informa que, quanto maior a

escolaridade do entrevistado, menor seu apoio à proibição. Com ensino fundamental, 16% se dizem contra a limitação. Com ensino médio, são 17%. E, com nível superior, são 22%.

O número de pessoas que afirma possuir uma arma de fogo em casa se manteve estável nos últimos seis anos. Em 1999, 8% dos brasileiros responderam ao DataFolha que alguém na residência tinha uma arma. Agora, são 9%.

O instituto de pesquisa ressalta que será a primeira vez que acontecerá um referendo no país e, também, que "se faz um referendo sobre esse tema no mundo". O voto será obrigatório para maiores de 18 anos e menores de 70 anos.

Realizada no dia 21 de julho, a pesquisa do DataFolha ouviu 2.110 pessoas em 134 municípios de todo o país.

Começou ontem o prazo legal para divulgação de pesquisas sobre o referendo, de acordo com as normas anunciadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Cinco dias antes de divulgá-las, os institutos de pesquisa precisam registrá-las no TSE.

Pesquisa entusiasma senador

Ao desembarcar ontem no Aeroporto Viracopos, em Campinas, o senador Renan Calheiros comemorou o resultado da pesquisa realizada pelo DataFolha sobre a proibição da comercialização de armas de fogo e munições.

O fato de o Nordeste ser a região brasileira onde as pessoas mais desejam o fim da venda de armas surpreendeu positivamente o presidente do Senado, que confessou acreditar que os nordestinos ofereceriam resistência maior ao desarmamento.

Começam as campanhas para convencer eleitores

Começou ontem o prazo legal para realização de comícios, *shows* e outras formas de mobilização da opinião pública para o referendo sobre a proibição de venda de armas. A propaganda gratuita na TV terá início em 23 de setembro e terminará em 20 de outubro, três dias antes do referendo.

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) iniciará no dia 8 de setembro sua própria campanha para convocar o eleitorado a comparecer ao referendo. O voto é obrigatório. O TSE disporá de 15 minutos diários em

rede nacional de televisão e rádio para essa convocação.

A Frente Parlamentar por um Brasil Sem Armas, liderada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, faz a campanha pelo voto "sim". A idéia central dessa frente é de que a segurança pública é um dever do Estado, pelo qual todos devem lutar.

Já a Frente Parlamentar pelo Direito da Legítima Defesa fará campanha pelo voto "não", tentando convencer a opinião pública de que as armas contribuem para a segurança dos indivíduos.



REFERENDO A proibição ou não da venda de armas e munições será decidida pelos brasileiros em 23 de outubro

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Tião Viana, Efraim Morais, Sérgio Guerra, José Jorge e Eduardo Suplicy